



Bob Machado | Entrevista

A Reforma Administrativa de Bolsonaro agrava atuação da Fiscalização do Trabalho



Madalena Nunes | Entrevista

As vidas das mulheres importam, violência não!

Atente

INDICADOR DE RUMOS DA INFORMAÇÃO | ANO I - Nº 23 - NOV./DEZ. - TERESINA - PIAUÍ - BRASIL/2020

O CUIDADO

**Não é natural das mulheres,
mas produzido pela ideologia patriarcal**

**Diz a assistente social Lucia Cristina dos Santos Rosa
em entrevista especial para esta edição**

CONCURSO PÚBLICO

JÁ!

Brasil perde ao enfraquecer Fiscalização do Trabalho

O Brasil teve em 2019 um prejuízo de R\$ 122,8 bilhões com acidentes, adoecimentos e mortes decorrentes do trabalho, é o que mostra um levantamento produzido pelo pesquisador Remígio Todeschini, ligado à Universidade de Brasília – UnB e à Assessoria de Saúde e Previdência da Federação dos Trabalhadores do Ramo Químicos da CUT do Estado de São Paulo – Fetquim/CUT. O valor teve um incremento de R\$ 5,2 bilhões em relação a 2018 (R\$ 117,6 bilhões), depois de iniciado o processo de revisão e simplificação nas Normas Regulamentadoras – NRs de Segurança e Saúde do Trabalho determinado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Os Auditores-Fiscais do Trabalho são os servidores responsáveis pela fiscalização do cumprimento, pelas empresas, da legislação trabalhista e das normas de Segurança e Saúde. A carreira, no entanto, está com o menor quadro funcional dos últimos anos, 2.050 servidores da ativa – 60% dos 3.644 cargos criados por lei estão vagos. Deveriam ser pelo menos 8 mil, para fiscalizar milhões de empresas em solo nacional, de acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, de 2012, desenvolvido em parceria com o SINAIT – veja aqui. Assim, é premente a contratação de novos servidores para o cargo, por meio de concurso público.

Em Minas Gerais, por exemplo, que tem entrado em foco por causa de inúmeros acidentes ocupacionais em barragens de mineração, há cerca de 140 Auditores para atuar na fiscalização. No dia 24 de outubro de 2020, a morte de um trabalhador depois do rompimento de parte de um alto-forno em uma siderúrgica de Sete Lagoas, na Região Central de Minas, acendeu o alerta para a pouca fiscalização que também há no setor. De acordo com o Auditoria-Fiscal do Trabalho, as fiscalizações nas cerca de 500 siderúrgicas do estado são feitas, em média, a cada três anos.

Da investigação dos acidentes, adoecimentos e mortes no trabalho pelos Auditores-Fiscais do Trabalho, resultam os relatórios circunstanciados, que são encaminhados à Advocacia Geral da União – AGU para instrução de Ação Regressiva Acidentária. De 2008 a 2019, foram investigados quase 23 mil acidentes de trabalho. Segundo informa a AGU em seu site, “nos últimos anos foram propostas 4,5 mil ações judiciais contra empresas que foram responsabilizadas pelos acidentes de funcionários que podem resultar na recuperação de quase R\$ 1 bilhão aos cofres da Previdência”.

No enfrentamento ao trabalho escravo, a Fiscalização do Trabalho exerce papel de centralidade. As políticas e planos públicos de combate a esse crime no País foram impulsionados pela ação da Inspeção. Como resultado, em 25 anos de existência dessas políticas e planos,

foram resgatados mais de 55 mil trabalhadores de condições análogas à escravidão, aos quais foram pagos mais de R\$ 107 milhões em verbas rescisórias.

Nessas duas décadas e meia de enfrentamento ao trabalho análogo ao escravo, foram fiscalizados mais de 5,3 mil estabelecimentos comerciais. Cerca de 47 mil trabalhadores obtiveram a formalização do vínculo de trabalho no curso dessas ações fiscais. Muitos tiveram a Carteira de Trabalho como primeiro documento de identificação. Desde 2004, houve a emissão de aproximadamente 36 mil guias de Seguro-Desemprego Especial para o Trabalhador Resgatado. Veja todos os dados no Radar da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – SIT.

Desde 1989, os Auditores-Fiscais do Trabalho têm a competência de verificação do recolhimento e da constituição e do lançamento dos créditos referentes ao FGTS. Nos anos de 2007 a 2019, foram feitas notificações de débito no montante próximo de R\$ 28 bilhões. Na ação fiscal em si, foram arrecadados mais de R\$ 3,5 bilhões, totalizando nesse período valores superiores a R\$ 31 bilhões.

Além disso, aos Auditores cabem a formalização de vínculos, a averiguação da observância, pelas empresas, das cotas de aprendizagem e de contratação de Pessoas com Deficiência, a fiscalização do trabalho infantil.

De 2008 a 2019, foram formalizados mais de 3,8 milhões de vínculos empregatícios. No mesmo período, foram incluídos no mercado formal de trabalho mais de 1,4 milhão de aprendizes e mais de 321 mil Pessoas com Deficiência. Em relação ao combate ao trabalho irregular de crianças e adolescentes, em 2019, 5.119 ações fiscais concentradas nas piores formas de trabalho infantil resultaram no afastamento de 1.674 crianças e adolescentes.

A Auditoria Fiscal do Trabalho traz retorno fiscal aos cofres públicos e é fundamental para assegurar o cumprimento de fundamentos constitucionais, como o da dignidade humana e o do valor social do trabalho. A Inspeção do Trabalho é uma área que exige atenção e investimentos, que, se não forem feitos, podem resultar em prejuízos para o País. Um exemplo é que o Brasil pleiteia o ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, o clube dos países ricos. Ora, a tendência nesses países desenvolvidos tem sido a ampliação e fortalecimento da Inspeção do Trabalho, a fim de fazer frente a uma crescente precarização das relações laborais. No País, no entanto, o movimento tem sido contrário, pois desde 2009 houve uma redução de quase 30% do quadro e de quase 65% dos recursos orçamentários da Auditoria Fiscal do Trabalho. O cenário pede mudanças e correção de rotas.

Erradicação do trabalho escravo

É compromisso de Estado

Vinte e cinco anos depois da criação e da atuação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel e de mais de 55 mil pessoas resgatadas de situações análogas às de escravidão, há quem tente minimizar o problema. Sempre houve resistência de alguns produtores rurais e de empresários à ação do Grupo Móvel, que é coordenado por Auditores-Fiscais do Trabalho e composto por integrantes dos Ministérios Públicos Federal e do Trabalho, Polícia Federal, Defensoria Pública da União e outros órgãos.

Esse movimento de resistência foi responsável, por exemplo, pela tramitação de onze anos da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 438/2001, aprovada em 2014 e transformada na Emenda Constitucional – EC nº 81/2014. A EC alterou a redação do artigo 243 da Constituição Federal para autorizar a expropriação de propriedades rurais e urbanas onde, comprovadamente, após todos os trâmites administrativos e judiciais, houver exploração de trabalhadores sob regime análogo ao escravo. Apesar de aprovada, não foi regulamentada, mais uma vez por força da ação da bancada ruralista no Congresso Nacional. Na prática, decorridos mais de seis anos da promulgação da EC 81, nenhum caso de expropriação foi efetivado. Além disso, há projetos que tentam reduzir o conceito de trabalho escravo inscrito no artigo 149 do Código Penal Brasileiro desde 2003, que prevê jornada exaustiva, trabalho forçado, condição degradante e servidão por dívida. O conceito não foi inventado por Auditores-Fiscais do Trabalho, por legisladores ou juristas. É o resultado da prática, da experiência, do testemunho da exploração de seres humanos trabalhadores.

A corrente contrária à caracterização do trabalho análogo ao escravo encontra-se moti-

vada com as declarações do presidente da República, que critica a ação da Auditoria-Fiscal do Trabalho abertamente. O presidente minimiza as situações de degradância, maus tratos, ameaças, violência e sonegação dos direitos trabalhistas que são constatadas nas ações de fiscalização em todo o País, tanto no meio rural como no urbano. Ele o faz publicamente, em entrevistas e lives, apresentando exemplos que tentam fazer parecer que as exigências da fiscalização são excessos e se apegam a detalhes insignificantes para prejudicar os empregadores. Em várias ocasiões, não só o atual presidente, mas também outras autoridades, usaram este expediente, sendo a mais recente em live realizada no dia 12 de novembro – veja aqui.

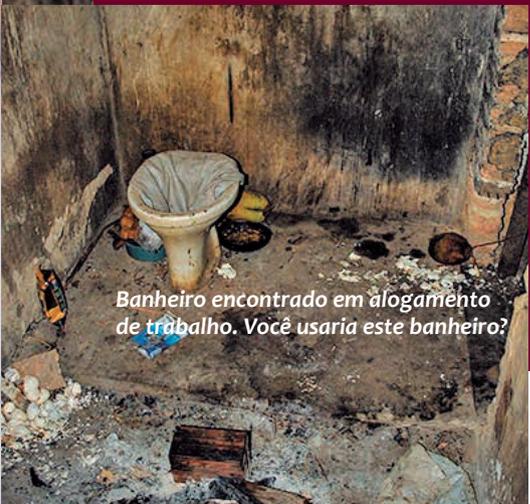
A caracterização do trabalho análogo ao escravo, ao contrário do insinuado, obedece a um rígido e extenso protocolo que avalia um grande conjunto de situações e atributos que precisam estar presentes para que a escravidão contemporânea seja caracterizada, em conformidade com o artigo 149 do Código Penal Brasileiro. O planejamento de ações fiscais envolve trabalho de inteligência e formação de equipe multidisciplinar capaz de avaliar vários aspectos, que podem ou não caracterizar o trabalho análogo ao escravo.

As situações de escravidão contemporânea são extremas. De extrema desumanidade e gravidade. São encontradas desde crianças até pessoas idosas. Comida estragada. Água barrenta armazenada em vasilhames de agrotóxicos. Cabanas de lona no meio da mata servindo de alojamento. Casas caindo aos pedaços, sem água encanada, sem banheiro. Relatos de torturas, de perseguições e de pessoas que desapareceram. Incomunicabilidade. Trabalho de sol a sol e pouca comida para re-

por as energias. Dívidas impagáveis nos armazéns das fazendas, usadas como justificativa para o não pagamento de salários. Alojamentos apinhados de gente. Trabalhadores doentes, mutilados, sem assistência médica. Não são meras irregularidades trabalhistas.

A erradicação do trabalho escravo é um compromisso de Estado. O Brasil assumiu o compromisso de combate e erradicação do trabalho análogo ao escravo perante a comunidade internacional. É membro da Organização Internacional do Trabalho – OIT e ratificou várias Convenções e Recomendações, entre elas a Convenção nº 29, sobre trabalho forçado, vigente no País desde 1958. Apesar dessa condição, o governo não tem zelado para manter a estrutura operacional capaz de concretizar essa missão, já há alguns anos. Entretanto, o atual governo tem deliberadamente agido para enfraquecer e dificultar as ações de combate ao trabalho escravo e de garantia de direitos aos trabalhadores. A extinção do Ministério do Trabalho, o rebaixamento da autoridade central da Fiscalização do Trabalho e a não realização de concurso público, somados à reforma trabalhista, aprovação da lei da terceirização e outros dispositivos precarizantes, dão o tom das opções governamentais.

O SINAIT fez e continuará a fazer denúncias a organismos nacionais e internacionais, em busca da recuperação da capacidade de ação da Inspeção do Trabalho e do reconhecimento de seu alcance e relevância econômica e social. O combate ao trabalho escravo é apenas uma das muitas atividades de excelência desenvolvidas pelos Auditores-Fiscais do Trabalho. A Auditoria-Fiscal do Trabalho coloca o dedo na ferida, constrói soluções, age em conjunto com outras instituições e exporta seu modelo de fiscalização.



Banheiro encontrado em alojamento de trabalho. Você usaria este banheiro?



Homem bebe água em vasilhame de agrotóxicos. Você beberia esta água?

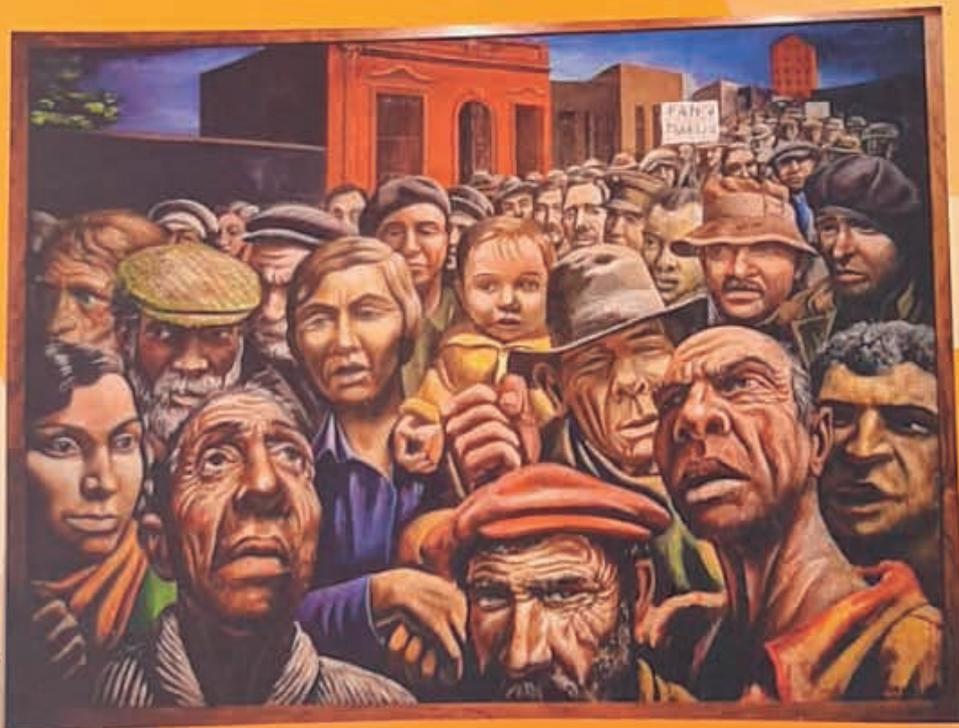


Condições de preparo da comida. Você comeria esta comida?

**Carlos Fernando da Silva Filho
Rosa Maria Campos Jorge
Rosângela Silva Rassy**
Organizadores

REFORMA TRABALHISTA

**Uma reflexão dos Auditores-Fiscais do Trabalho sobre os
efeitos da Lei n. 13.467/2017 para os trabalhadores**



SINAIT
Sindicato Nacional dos
Auditores Fiscais do Trabalho

**LT[®]
R**



Genocida contumaz

Por que o STF não interdita Bolsonaro por incapacidade (insanidade comprovada), pelo cargo que ocupa? É frouxidão? Se for, o Tribunal da História será implacável, condenará o genocida por crime contra a humanidade. Quando escrevo este editorial em 13/12, o número de mortos no Brasil pela Covid-19 se aproxima de 200 mil por irresponsabilidade de Jair B. O leitor(a) fique à vontade na tradução do “B” que dá nome ao boi a caminho do matadouro, seu berro será ouvido/visto por todos, como ensina o provérbio: “A conversa do tolo é a sua desgraça, e seus lábios são uma armadilha para a sua alma”. É o caso.

Eleito autodesignando-se “Donald Trump brasileiro”, papagaio otário, no registro da história não passa de um “lambedor de botas...”. Mas o “ídolo” caiu. E agora? Amparado numa campanha eleitoral mentirosa, difamatória via Whatsapp, Facebook..., recebeu apoio do sistema financeiro, da maior parte do setor industrial, da comunidade neopentecostal e demais cristãos conservadores, das agroindústrias e do setor produtor de commodities e das forças armadas que hoje lhe dão sustentação, apesar de perdidos nesse obscurantismo, não sabem o que fazer com a espécie já qualificada de “presidente do colapso”, ou como preferem outros: “O fomentador do holocausto ecológico”.

O traste estar presidente pra proteger a si e seu clã, e alguns amigos da família, tipo milicianos... A propósito, completaram-se mil dias do assassinato de Marielli Franco e Anderson, e o mandante(s) ainda solto(s) curtindo da cara do povo. Flávio B, que aprendeu ser corrupto com o pai, segundo o jornalista Lauro Jardim em sua coluna diz que “FB tenta diminuir o fogo dos relatórios da Abin”. Este caso, se o Congresso não fosse composto por canalhas, com as reconhecidas exceções, no mínimo instalaria uma CPI e convocaria o patético general Heleno pra dar explicações... E aproveitando o embalo, os gallinazos bem que poderiam responsabilizar o tal por crime de falsidade ideológica, por apresentar um Plano Nacional de Vacinação da Covid-19, plano este de fazer inveja aos seus coveiros, com assinaturas de cientistas que não assinaram nem viram tal documento, como informou a cientista Ethel Maciel, PhD, no Twitter dia 12-12, desmascarando de vez o governo a quem assessora no plano citado: “Nós, pesquisadores que estamos assessorando o governo no Plano Nacional de Vacinação da Covid-19, acabamos de saber pela imprensa que o governo enviou um plano, no qual constam nossos nomes e nós não vimos o documento. Algo que nos meus 25 anos de pesquisadora nunca tinha vivido!”.

Com este fato, o que falta pra interditá-lo? O bicho nunca escondeu seu apego à tortura, a violência, a ditadura... Como sádico faz circular vídeo na redes sociais pra tirar sarro das famílias que perderam seus entes queri-



dos pro coronavírus, pra polícia, milícia... “hahahahá, eu estou com coronavírus...”. Enquanto as pessoas morrem ele abre as pernas facilitando as importações de armamentos, apesar de 72% dos brasileiros já terem rejeitado essa sua tese armamentista. Mas pra desviar a atenção ou por psicopatismo mesmo, ele surpreende o bom senso ao anunciar na quarta-feira 9, resolução pra zerar a alíquota de importação de revólveres e pistolas, hoje em 20%, a partir de janeiro. Olha com o que o boneco do mercado se importa. Como se sabe, após sua posse as estatísticas apontam que o número de feminicídios, assassinatos de grupos excluídos como indígenas, negros, favelizados encarcerados pela polícia e grupos de extermínio, desmatamento criminoso e suicídios comprovam a tragédia que é esse seu governo. Portanto tem que cair. Não dá pra esperar até 2022.

Até o jornais que lhe deram apoio, na verdade cúmplice dessa trágica situação, caso da Folha de S Paulo, em editorial do dia 13/12, traz como título Vacinação já,

diz: “Passou de todos os limites a estupidez assassina do presidente Jair Bolsonaro diante da pandemia de coronavírus. É hora de deixar de lado a irresponsabilidade delinquente, de ao menos fingir capacidade e maturidade para liderar a nação de 212 milhões de habitantes num momento dramático da sua trajetória coletiva. Chega de molecagens com a vacina!”. Como se vê, queiram ou não seus defensores, Jair B representa o espetáculo do horror. Sua investida contra a população impede esta de ter direito à uma vida digna. Seus crimes são tantos que não cabem neste espaço, nem vale a pena, quando se trata de um tipo genocida contumaz.

Mas apesar dessa tragédia..., o leitor(a) tem em mãos esta 23ª edição, leitura imperdível. Entre suas páginas três entrevistados(as) – Bob Machado, presidente do SINAIT: “A Reforma Administrativa de Bolsonaro agrava a atuação da Fiscalização do Trabalho (págs: 6-7). Lucia Cristina dos Santos Rosa, assistente social, entrevista pra lá de especial, fala sobre sua tese de doutorado O transtorno mental e cuidado da família: “O cuidado não é algo natural das mulheres, mas produção da ideologia patriarcal” (págs 14-19). E Madalena Nunes, especialista em DH: “As vidas das mulheres importam, violência não!” (pág-24). No mais, contamos com a sensibilidade crítica dos nossos articulistas: Rosa Jorge, Cosette Castro, Iluska Cristine (depoimento), Manuel Domingos Neto, Marcelino Fonteles, Hortência Mendes, Marco Aurélio e Alceu Castilho. A poesia se faz presente na escrita de três poetas piauienses – José Costa Dias Irmão, Rodrigo de Senna e Marco Aurélio Siqueira, cada um a seu estilo tece o poema digno de constar entre as páginas deste veículo indicador de rumos... Além de contarmos com a diagramação do artista gráfico Giovani Castro. Siga em frente. Boa leitura.

Edição: Nº 23 | Piauí

EDITOR: Francisco Carlos Mascarenhas - DRT-PI: 1696
atentemascarenhas@gmail.com
http://revistaejournalatente.com.br
Editorial/Reportagens: Carlos Mascarenhas
Contato: (86) 99472-3958

PROJETO GRÁFICO/DIAGRAMAÇÃO
Jornalista Giovani Castro - DRT-PI: 0001709
Contato: 98878-1162

Foto Capa: Taylisi Leite
FOTOS: Arquivos

Os textos assinados são de inteira
responsabilidade de seus autores.



CARLOS MASCARENHAS
Genocida contumaz



COSETTE CASTRO
Pessoas brancas precisam falar
sobre antirracismo



MANUEL DOMINGOS
O falseamento da
representação política



MARCELINO FONTELES
O povo brasileiro precisa ter sua
alma lavada



HORTÊNCIA MENDES
A palavra cala



BOB MACHADO
Ref. Adm. de Bolsonaro agrava atuação
da Fiscalização do Trabalho



ROSA JORGE
SINAIT: 32 anos de lutas
e conquistas



MADALENA NUNES
As vidas das mulheres importam,
violência não!

Reforma Administrativa

De Bolsonaro agrava atuação da Fiscalização do Trabalho

Por Carlos Mascarenhas

Apesar da Fiscalização do Trabalho ser reconhecida como atividade essencial para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, “sofre” com um orçamento reduzido, “de modo que a agenda da reforma administrativa agrava esse cenário ruim para a atuação dos Auditores-Fiscais do Trabalho”, diz na entrevista que segue o presidente eleito do SINAIT (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho), Bob Everson Carvalho Machado. Confira. Boa leitura.

Vamos iniciar esta entrevista pedindo que fale um pouco da sua trajetória – acadêmica, militância sindical..., enfim, fique à vontade.

Bob Everson Carvalho Machado - Sou natural de Porto Alegre/RS, mas vivi quase toda vida em Bagé/RS, onde estudei e comecei a vida. Iniciei na luta coletiva como vice-presidente do grêmio estudantil da Escola Estadual XV de Novembro em Bagé/RS. Depois fui Presidente: da União Estadual de Estudantes Secundaristas, do

Diretório, do Diretório Central de Estudantes da Universidade da Região da Campanha e Vice-Presidente da União Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul. Mais tarde fui Vereador e Secretário Municipal. No ano de 2006 fiz concurso para Auditor-Fiscal do Trabalho sendo aprovado e lotado no Estado do MT, onde atuei no combate ao trabalho escravo. Em 2010 fui removido para Bagé onde comecei a atuar no mundo sindical e em 2012 fui eleito Vice-Presidente da Delegacia Sin-



dical do SINAIT no RS, depois Diretor de Política de Classe e Diretor de Inspeção do Trabalho do nosso sindicato nacional; agora a categoria escolheu nossa chapa para representá-la no triênio 2020-2023.

Como você analisa a atuação da Fiscalização do Trabalho nesse cenário de pandemia da Covid-19?

BECM – A Fiscalização do Trabalho foi reconhecida como atividade essencial para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 pelo Brasil. Tal reconhecimento está alinhado com as atribuições dos Auditores e a expectativa da obtenção de resultados de medidas de prevenção e atenção à saúde e à proteção da vida nos ambientes de trabalho. No curso de meses desse enfrentamento, é possível enxergar como foi relevante essa atuação, que tem combatido a negligência de muitos empresários quanto à adoção das ações obrigatórias de atenção aos trabalhadores, inclusive na implantação das alterações nos contratos de trabalho decorrentes da redução de jornada e salário, bem como de sua suspensão. A atividade dos Auditores-Fiscais do Trabalho no enfrentamento do novo coronavírus tem minorado os efeitos danosos que ambientes de trabalhos desprotegidos geram para os trabalhadores e toda a sociedade.

É fato que a Auditoria-Fiscal do Trabalho, bem como o conjunto de servidores públicos têm enfrentado dificuldades no e com o governo Bolsonaro, pra pautar suas demandas. Sobre a PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa em curso, como esta prejudica diretamente os AFTs?

BECM – A reforma administrativa proposta pelo governo enfraquece a estrutura de carreiras de Estado no Brasil, entre elas a Auditoria-Fiscal do Trabalho, por permitir a ocupação de cargos estratégicos na condição de cargos de confiança, bem como por gerar instabilidade na continuidade dos serviços que guardam relação com o poder de polícia administrativa do Estado. O governo tem ignorado o valor dos serviços prestados à sociedade e ao próprio Estado brasileiro por integrantes dessas e de outras carreiras e serviços, transformando o debate sobre a Administração e o Serviço Público brasileiros num conflito financeirista. A Auditoria-Fiscal do Trabalho já sofre com orçamento reduzido, bem como com a ausência de concurso público - o último foi realizado em 2013, para 100 vagas - e condições precárias de trabalho, de modo que a agenda da reforma administrativa tende a agravar esse cenário ruim para a atuação dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Que ações o SINAIT pretende adotar com relação à PEC 32/2020, para que esta não prejudique os servidores públicos?

BECM – O SINAIT tem atuado em conjunto com as demais entidades de classe representativas das carreiras do serviço público federal, notadamente, no intuito de qualificar o debate sobre a reforma administrativa. Estudos técnicos, análises jurídicas sobre as alterações propostas, audiências e debates públicos que possam dialogar com a população usuária desses serviços públicos, participação em frentes parlamentares a fim de levar informações e contrapontos aos

parlamentares que votarão o texto da reforma administrativa. Essas e outras atividades estão em permanente evolução, objetivando a defesa de um serviço público que seja capaz de garantir o cumprimento dos compromissos do Estado brasileiro, a exemplo da promoção do trabalho decente e da erradicação do trabalho escravo e infantil.

Sobre a reforma trabalhista, aprovada pela lei 13.467/2017, estudiosos do assunto se manifestaram dizendo que esta operou um profundo ataque às variadas instâncias do mundo do trabalho. Lhe pergunto: que alterações foram essas, feitas na legislação anterior a ponto de vários atores do mundo trabalhista questionarem na justiça sua inconstitucionalidade? O SINAIT é signatário dessa manifestação?

BECM – O SINAIT é signatário dessa manifestação, acrescentando que a extinção do Ministério do Trabalho aprofundou ainda mais esse desmantelamento, porque significou o esvaziamento do Sistema de Administração do Trabalho que fora coordenado pelo extinto Ministério do Trabalho. Os prejuízos vão desde a retirada de direitos como a assinatura da carteira de trabalho na modalidade de contrato por prazo indeterminado até às restrições de acesso à justiça do trabalho, dadas as possibilidades de punição pecuniária do trabalhador por um pleito judicial trabalhista. Enfraqueceu-se a legislação trabalhista em si, a representação sindical laboral e a estrutura governamental que existia para exigir o cumprimento das leis laborais. O resultado disso tem se observado num aumen-

to expressivo de desempregados, desalentados e de pessoas que migraram para formas precárias de contratação ou para a economia informal.

Qual sua análise sobre o trabalho escravo, tão flagrante em nosso país nesses tempos, digamos sombrios. O que a Auditoria-Fiscal do Trabalho tem feito para combater essa chaga?

BECM – A Auditoria Fiscal do Trabalho tem se esforçado de todas as formas para dar seguimento às atividades do Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo e assim impedir que essa chaga siga se alastrando por todas as partes do país. As fiscalizações têm sido realizadas apesar das dificuldades orçamentárias, do baixo número de Auditores e das condições precárias de trabalho para os AFT realizarem tais atividades. Essa é uma das atribuições de grande relevância para a sociedade brasileira e que se constitui em um compromisso do Estado brasileiro, qual seja, o de garantir uma nação livre do trabalho análogo ao de escravo.

E qual sua análise do resultado do pleito que o elegeu presidente do SINAIT para o triênio 2020-2023?

BECM – Como sendo resultado de trabalho sério, dedicado e competente da atual gestão, que tem a frente os colegas Carlos Silva e Rosa Jorge, como presidente e vice, o qual faço parte, que obteve o reconhecimento e a confirmação do voto de confiança de nossa categoria. Por isso, nosso compromisso será sempre a luta incansável na defesa dos interesses da nossa categoria bem como a do conjunto da classe trabalhadora.

SINAIT

32 anos de lutas e conquistas

Por Rosa Jorge

A luta do SINAIT é por uma Inspeção do Trabalho forte, com boas condições de atuação para proteger os direitos dos trabalhadores. É pela promoção do trabalho digno!

As conquistas da Auditoria-Fiscal do Trabalho desde o período de redemocratização do País, há mais de 32 anos, foram possíveis

graças à força e união da categoria, pioneira e de vanguarda, que criou o primeiro sindicato de Servidores Públicos, o SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. Sua fundação ocorreu exatamente em 7 de outubro de 1988, dois dias após a promulgação da Constituição Federal, que garantiu o direito

de servidores públicos civis se organizarem em sindicatos.

Foi também com a promulgação da Constituição de 1988 que a Inspeção do Trabalho se consolidou como atividade de competência exclusiva da União, na redação do artigo 21, inciso XXIV, do texto constitucional: “Compete à União: Organizar,



*** ROSA JORGE** é graduada em Direito, especialista em Direito do Trabalho e Docência Univeritária. Auditora-Fiscal do Trabalho(1985). Presidente do SINAIT(2005/2007, 2007/2009 e 2013/2015). Atualmente é Dir. de Relações Internacionais do SINAIT.

manter e executar a Inspeção do Trabalho”. Esta conquista deu fôlego para legitimar a luta da categoria pelos seus direitos e pelo trabalho digno.

Em mais de três décadas, o SINAIT tem conquistado maior valorização dos Auditores-Fiscais do Trabalho e mais espaços que elevam o reconhecimento da categoria pela sociedade.

A reestruturação das carreiras de Auditoria Fiscal do Trabalho e Auditoria Fiscal da Receita Federal do Brasil pela Lei nº 10.593/2002 e, mais recentemente, em 2017, pela Lei nº 13.604/2017, estão entre essas conquistas. Pela primeira, a categoria garantiu a isonomia com outras carreiras de Estado. Pela segunda, o reconhecimento de que Auditores-Fiscais do Trabalho são autoridades trabalhistas, além da competência definitiva da fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Nas negociações salariais, o SINAIT é o canal de diálogo e também de enfrentamento entre Auditores-Fiscais do Trabalho e governo. O Sindicato atua em várias frentes buscando essa interlocução e integra coletivos como, por exemplo, o Fórum Nacional das Carreiras de Estado – Fonacate,

o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais – Fonasefe e o Fórum Interinstitucional de defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social – Fids, entre outras Frentes Parlamentares.

A criação da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho – Enit, hoje uma realidade no âmbito da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, foi um projeto desenvolvido pelo SINAIT em parceria com pesquisadores da Universidade de Brasília. Uma luta encampada pelo SINAIT e reivindicada pela categoria, que passou a ter uma política de capacitação definida e própria dentro da estrutura governamental.

Destaca-se também a mudança da organização sindical da entidade, com a criação das Delegacias Sindicais para fortalecer a atuação da categoria em todos os estados, dando mais capilaridade à mobilização regional dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

DEFESA DO CARGO E DAS PRERROGATIVAS

A atuação do SINAIT na defesa do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho e de suas prerrogativas assegurou o direito de Auditores-Fiscais em estágio probatório obterem

a progressão funcional e o estabelecimento de regras fixas de remoção, que garantem aos servidores maior segurança no exercício de sua movimentação, com possibilidade de permuta e de remoção dentro das unidades descentralizadas.

Atualmente o SINAIT atua pela regulamentação do porte de armas, por uma Lei Orgânica do Fisco, pelo reconhecimento definitivo da competência de embargo e interdição pelos Auditores-Fiscais do Trabalho e pela criação de um protocolo de segurança para os Auditores-Fiscais do Trabalho. O Sindicato desenvolveu e entregou à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, do Ministério da Economia, Pasta à qual a Inspeção do Trabalho está vinculada, o Protocolo de Segurança para a Fiscalização, e aguarda a adoção pela Administração Pública, a fim de minimizar os casos de violência e ameaça contra os Auditores-Fiscais.

Importa registrar que a entidade não se omite em relação às violações sofridas pelos servidores e até hoje luta para colocar atrás das grades todos os envolvidos na Chacina de Unai. Essa é a postura que o SINAIT sempre terá em relação a todo Auditor-Fiscal do Trabalho.

Nesse momento em que os ataques e obstáculos à carreira são numerosos, o SINAIT também reforçou a luta por melhores condições de trabalho e qualidade de vida para a categoria. No Congresso Nacional a entidade atua pela aprovação do PLP 555/2010, que trata da regulamentação da aposentadoria especial para os servidores públicos; pela PEC 555/06, que revoga o dispositivo constitucional que determina o desconto da contribuição previdenciária dos proventos dos servidores aposentados e pensionistas; e ainda para assegurar as garantias constitucionais das carreiras que exercem atividades exclusivas de Estado na PEC 188/2019 (Pacto Federativo), entre outras iniciativas.

A luta do SINAIT, em mais de três décadas, é por uma Inspeção do Trabalho forte, por melhores condições de trabalho, modernização de procedimentos e defesa de uma legislação trabalhista que proteja os trabalhadores brasileiros de abusos e explorações. Trabalho decente, no serviço público e na iniciativa privada.



PESSOAS BRANCAS

Precisam falar sobre antirracismo

Outro dia recebi, em um grupo de Whats Wapp, uma cartilha mostrando palavras e expressões racistas, onde eram oferecidas sugestões para substituir essas por outras palavras e termos antirracistas. Coincidentemente estava lendo essa mesma cartilha no laptop. Fiquei contente por minha conhecida, uma funcionária pública aposentada de perfil progressista, ter publicado a cartilha e postei uma figurinha batendo palmas. No entanto, a alegria não durou mais de 10 minutos. Essa mesma conhecida, uma mulher branca de olhos claros, na volta dos 60 anos, publicou abaixo: “será que não podemos falar mais nada?”

Essa mulher branca vive confortavelmente em sua casa e estava preocupada consigo mesma, com a sua “liberdade” de dizer o que bem entende, sem se preocupar com o significado de palavras como “a coisa está preta”, “cor do pecado”, “criado mudo”, “denegrir”, “humor negro”, “inveja branca”, “indiada”,

“judiaria”, “nega maluca”, “tem o pé na cozinha”, entre outras. Principalmente não levou em consideração o significado dessas palavras e a dor que elas causam para quem as escuta diariamente, milhões de mulheres e homens negros ou pardos brasileiros¹

É aqui que reside o racismo cotidiano, que reforça estereótipos e preconceitos.

Aqui ocorre, a naturalização de um discurso que deslegitima o outro, que avalia e trata pessoas a partir da cor da sua pele, sem respeitá-las como pessoas com suas diferenças e singularidades.

Duas das falas racistas sutis mais recorrentes, com aparência progressista, são:

“não devemos falar de direitos dos negros, porque somos todos humanos” ou “todas as vidas importam”. Mas como bem lembra a filósofa Djamilia Ribeiro, “não é possível falar em direitos humanos enquanto pessoas negras não tiverem direitos iguais e sequer forem tratadas como humanas”. Nem podemos generalizar quando alguns

(pessoas brancas) têm privilégios.

A naturalização da diferença e da desigualdade racial é um discurso que tomou força com o iluminismo, com começo da idade moderna e com a expansão do capitalismo. Nesse período, governos europeus “colonizaram” novas terras, exterminando populações indígenas autóctones que não aceitaram ser subjugadas. Esses mesmos europeus tornaram os negros da África pessoas escravizadas e raptaram suas vidas, projetos e sonhos tornando-os “coisas”, passíveis de serem compradas, vendidas, seviciadas e assassinadas.

E assim se constituiu o racismo estrutural, com o aval e poder de Estados, inclusive o brasileiro, que mantém as diferenças entre brancos, negros e 1 O racismo atinge negros, pardos, indígenas, judeus, mas neste texto estou dando ênfase ao racismo contra pessoas negras, indígenas através de um sistema de leis e justiça que privilegia pessoas brancas.

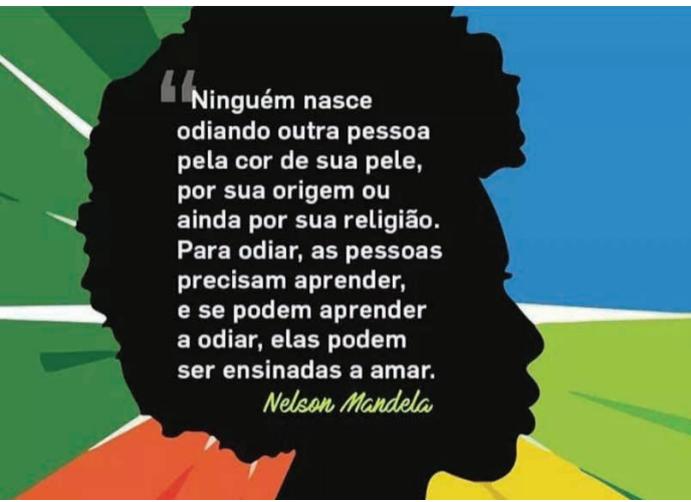
Não é por acaso que entre as pessoas que vivem na extrema pobreza, 75% sejam negros (IBGE, 2019); não é por acaso que a cada 23 minutos um jovem negro seja assassinado no Brasil (Mapa da Violência/IPEA, 2018); não é por acaso que as campanhas publicitárias na TV historicamente mostrem mais brancos do que negros, mesmo que a população negra e parda seja majoritária no país.

Tampouco é por acaso que na seleção para empregos, pessoas

negras sejam preteridas e quando conseguem chegar ao final de um processo de seleção, ganhem menos que homens brancos. No Brasil, a diferença salarial entre um homem branco e um homem negro é de 20% a menos. Já a diferença salarial entre um homem branco e uma mulher negra salta para 40% a menos. Ou seja, mulheres negras são duplamente discriminadas por questões de gênero e raça. Fechar os olhos para essa realidade é contribuir para a manutenção das diferenças e do racismo.

E o que pessoas brancas podem fazer para contribuir com a luta antirracista?

Podem se posicionar publicamente contra o racismo na vida cotidiana, no trabalho e nas redes sociais digitais. Podem conversar com seus familiares, colegas de trabalho e amigos sobre o uso de palavras e expressões racistas, caso escute alguma. Essas palavras não são uma brincadeira nem representam “liberdade de expressão”. Podem ler autores e autoras negras e indígenas, seja na literatura ou em textos jornalísticos e acadêmicos e, principalmente, podem passar a citar e multiplicar o que eles e elas pensam. Podem adquirir bonecos e bonecas negras e indígenas e presentear as crianças da sua família e de amigos. E podem ainda oferecer espaço de fala e presença em seu trabalho, na família e nas suas redes sociais digitais a pessoas negras, abrindo mão do constante protagonismo branco.



Violência contra a mulher - Depoimento



Sou Iluska Cristine, tenho 32 anos; mãe de 2 filhos, 1 de um ano de idade, e o outro de 6 anos.

Fui, fomos vítima de violência doméstica e familiar...

Eu sofri todos os tipos de violência contra a mulher... a psicologia, moral, física, sexual, e patrimonial.

Sofri, sofremos muito.

Na época, eu estava grávida, uma gravidez de alto risco, e o meu filho com quase 05 anos de idade que, por sua vez, presenciou muito dessa violência.

Nós não tínhamos para onde ir, nem com quem contar... eu me vi refém daquela situação...

Até que um dia, um vizinho viu a tentativa do agressor tacar o capacete em minha cabeça, e quebrar o meu celular... foi quando ele foi denunciado... e não voltou mais para casa.

Até que um dia, ele arrombou a casa e levou tudo de dentro... geladeira, fogão... até pano de chão... nós passamos uma semana comendo petisco e bolacha... e bebendo água quente da torneira da rua...

Foi quando eu vi que eu deveria lutar, mais ainda, por mim, e principalmente pelos meus filhos. Então, denunciei toda a situação.

Hoje contamos com medida protetiva... onde a mesma já foi descumprida...

Depois de muita luta, nós conseguimos a nossa casa própria, um programa habitacional... a casa não vem murada... e por tudo o que nos já aconteceu, eu estou em uma Campanha Solidária que visa a construção de um muro, grades... visa a nossa segurança... nossa vida.

Para colaborar: 86 9 9498-8666

Gratidão pela oportunidade



O falseamento

Da representação política

Parei de ler análises de tabelas e gráficos mostrando os “resultados” das eleições. Em todas, encontrei inconsistências; nenhuma me respondeu perguntas cruciais.

Quantos reacionários foram eleitos por partidos considerados de “esquerda”? Quantos fundamentalistas religiosos e clientelistas à moda antiga se agasalham nestas lendas?

Quantas mulheres obedientes aos maridos e avessas à luta pela defesa do gênero foram eleitas? Quantas pessoas com raiva de sua cor ganharam mandatos? Quantos votaram em troca de telha, botijão de gás, promessa de empreguinho, cargo importante ou perdão de dívidas milionárias? Quantos votaram em pagamento de pacotinhos de cocaína, pedrinhas de crack ou, simplesmente, sossego em seus locais de moradia? Quantos professores doutores votaram sonhando com emendas orçamentárias para seus laboratórios, pouco importando com o naufrágio do país?

Quem garante que pessoas sensíveis às causas populares não obtiveram mandatos usando siglas agrupadas como de “centro-direita” e “centrão”?

Tabelas não mostram os cidadãos que repelem Bolsonaro e admiram Lula votando em partidos que sustentam o governo. Ensejam conclusões tão variadas como os arranjos visuais de um caleidoscópio porque os partidos não refletem os diversificados sentimentos, humores e vontades do povo.

Siglas partidárias e regras eleito-

rais são instrumentos para o exercício de um sistema democrático de fachada, erigido para negar o princípio da soberania popular, ou seja, negar que o poder emane do povo e em seu nome seja exercido.

Partidos organizados para disputar eleições refletem projetos de elites que disputam a hegemonia. Derivam muitas vezes da vontade e da força de personalidades influentes. Compreendem redes de compadrio, esquemas de dominação localizados e arranjos de oligarquias familiares.

Nas pequenas e médias cidades, onde está a maioria dos eleitores brasileiros, muitos votaram no “amigo” que lhe “protege” ou que pode lhe beneficiar. O mesmo se passa nas periferias das megalópoles brasileiras onde se aglomeram os sem arrimo.

Como argumentou Florestan Fernandes, o sistema representativo consagrado pelas democracias modernas é incompatível com grandes massas desvalidas sobreviventes do domínio colonial. Democracia moldadas em países dominantes não rima com penúria extrema. A representatividade política é falseada pelo clientelismo, prática incompatível com a distinção

entre o interesse público e o interesse privado.

Entre as classes médias urbanas, usualmente tidas como mais letradas e “esclarecidas”, o voto corporativo - uma modalidade de clientelismo - escamoteia as propensões políticas. Este, inclusive, foi o voto que garantiu a carreira política de Bolsonaro, assim como a de muitos políticos com histórico sindicalista.

O coronel Pedro Freitas, patriarca de uma família que esteve em posição de mando no Piauí desde a República Velha, me disse que o voto secreto não abalara os domínios eleitorais, havia apenas encarecido as eleições.

A representação das oligarquias familiares não mudou de fato depois da ruptura de 1930, do Estado Novo e da ditadura de 1964. Usei as conversas que mantive com este oligarca para questionar o conceito “coronelismo” formulado por Victor Nunes Leal com base na observação do mundo rural sudestino. Esse clássico disse que o “coronelismo” era o falseamento do voto. Considerei que os “coronéis” eram expressão real do sistema de poder estabelecido.

Repeli a noção de que o “coronelismo” tenha sido uma prática eminentemente rural e de elites “atrasadas”. Havia e há “coronéis” para todos os gostos, eruditos e analfabetos, grosseiros e refinados, riquíssimos e remediados, na cidade e no campo, em todas as regiões brasileiras.

O termo “coronel” virou xingamento político, sendo particularmente empregado para estigmatizar as regiões mais pobres. O poder oligárquico se espalha em todo o país, mas intelectuais sudestinos insistem em caracterizá-lo como nordestino, como fez hoje Fernando Haddad em sua coluna na Folha de São Paulo. Pegou mal para a Ciência Política da USP. Para um potencial candidato a presidente, nem se fale!

Nestas eleições, lembrei mui-

to de Pedro Freitas e Victor Nunes Leal. Os sistemas clientelistas que descreveram não foram arranhados pelas novidades. Hoje há clientelas consolidadas por representantes sindicais, pastores, milicianos, policiais, militares, empresários agrícolas, ativistas de segmentos sociais estigmatizados... Há mulheres que querem votar em mulheres, negros em negros, gays em gays, jovens em jovens, nordestinos migrados em nordestinos migrados.

Programas que abarcam o conjunto dos impasses da sociedade e do Estado cederam vez para proposições de alcance restrito. Chamo isso de cultura política atrasada.

É verdade que o discurso do ódio nega a política. É chumbo derretido sobre o sonho de um país democrático, justo e soberano.

Mas o clientelismo multifacetário e de bons modos praticado pela direita e pela esquerda também alimenta a onda maluca.

O POVO BRASILEIRO PRECISA TER SUA "ALMA LAVADA" Sou plenamente favorável que o Lula seja o candidato a Presidente do Brasil. O Lula é a alma do povo brasileiro que deu certo. É o sonho Brasileiro realizado. Resgatar o Lula de todo linchamento midiático contra ele, é resgatar o próprio povo brasileiro do assassinato de sua reputação, feito pelas elites econômicas nacionais e internacionais, através da grande mídia e das usinas e robôs reprodutores de fake News. E com a participação ativa de grande parte do judiciário brasileiro e de toda corja de fascistas bolsonaristas e coronelistas. E Lula, com o povo brasileiro, e com todos e todas que compreendem historicamente o que está em jogo, o simbolismo do Lula para o nosso povo e para o mundo, vão superar novamente as elites econômicas reacionárias, e voltar a promover o Brasil desenvolvido social e economicamente.



O povo brasileiro

Precisa ter sua "alma lavada"

Sou plenamente favorável que o Lula seja o candidato a Presidente do Brasil. O Lula é a alma do povo brasileiro que deu certo. É o sonho Brasileiro realizado. Resgatar o Lula de todo linchamento midiático contra ele, é resgatar o próprio povo brasileiro do assassinato de sua reputa-

ção, feito pelas elites econômicas nacionais e internacionais, através da grande mídia e das usinas e robôs reprodutores de fake News. E com a participação ativa de grande parte do judiciário brasileiro e de toda corja de fascistas bolsonaristas e coronelistas. E Lula, com o povo brasilei-

ro, e com todos e todas que compreendem historicamente o que está em jogo, o simbolismo do Lula para o nosso povo e para o mundo, vão superar novamente as elites econômicas reacionárias, e voltar a promover o Brasil desenvolvido social e economicamente.

Foto: Adriana Lélis



A palavra cala



HORTÊNCIA Mendes
Terapeuta Naturista

A fala articulada como temos hoje a palavra foi inaugurada cerca de 60 mil anos antes da era cristã. Segundo inúmeras pesquisas desde então, os seres humanos iniciaram as primeiras tentativas de fala articulada. Sabe-se também que é no hemisfério esquerdo do cérebro que existe essa potencialidade juntamente com as capacidades de pensar a organização social e econômica. A fala é, pois, um processo intelectual inerente ao ser humano e de grande importância. Foi provavelmente passeando por essas

pesquisas que Freud criou a psicanálise – a cura pela fala. Usando a fala e a livre associação, como vias de acesso ao inconsciente.

Nesse caminho histórico a humanidade terminou por centrar sua comunicação na palavra articulada. Avanços diversos são registrados nesse exercício e ações humanas são devidamente explicadas e sintetizadas pela palavra. Mesmo com todos os avanços pesquisas apontam para a limitação dessa forma de comunicação, principalmente quando a palavra, a fala na sua real substância - a verdade, a coerência o direito de se exprimir ter voz, cala a nossa fala.

A negação da palavra, da sua expressão livre, as dificuldades de articulação da linguagem trazem problemas diversos para uma pessoa, para um povo, para uma comunidade. Ciências como a pedagogia e psicologia mostram como as dificuldades se acumulam e historicamente pode trazer ao povo sérios problemas coletivos se esse povo não tem como expressar sua voz. Sua palavra cala.

Os portugueses quando invadiram nosso país aqui chegando encontra-

ram um povo. Que tinha sua fala. Que tinha suas diversas e ricas línguas e linguagens. Foi-nos roubado o direito de exercê-las, depois de conhecê-las e hoje nosso povo não tem voz. Foi imposta ao povo outra língua, outra fala que não a sua e sim a fala e a linguagem do opressor. A palavra do povo cala.

A palavra cala diante do desconhecido, do medo, de imprevisto, da não aceitação da realidade. Diante de conflitos, da escravidão, do analfabetismo, da doença, da violência. Assim foi calada a fogo e ferro a palavra do povo negro escravizado. A palavra negra foi calada. Ficou a escravidão. A palavra cala fisicamente, mas também coletiva e politicamente.

Nosso país passa então a ser visto como um país de língua portuguesa e só. Linguagem única nas escolas, nas famílias nas igrejas. Assim ao longo de nossa história foi se constituindo no Brasil um povo sem voz. Onde o que nos revela ao emitirmos o som da fala é a do outro. Do branco, do homem, do rico do opressor.

A palavra cala e permite a opressão. Aceita a esmola. Não se reivindica

enquanto um valor em si. Não consegue se constitui em uma classe que desafine o coro do que a roubou. A palavra cala na tentativa de junção do oprimido com o opressor e mais uma vez ocupar a fala do povo. Falar pelo povo.

A palavra cala e deixa um povo servil. A palavra cala e deixa um povo com medo. A palavra cala e deixa um povo sem expressão. A palavra cala e deixa as pessoas conformadas com a realidade de mesmo ruim.

Não caemos nossa palavra. A verdadeira. A significante. A real. A justa. A boa. A libertária. Levanta a voz meu povo. Retoma a tua voz roubada. Faz tua livre associação consciente. Não permitas mais que roubem tua fala. Que falem por ti. Não empreste mais tua fala



O CUIDADO

Não é natural das mulheres, mas produzido pela ideologia patriarcal

Por Carlos Mascarenhas

Diz a assistente social Lucia Cristina dos Santos Rosa em sua tese de doutorado Transtorno mental e o cuidado na família, defendida na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro(ESS-UFRJ), como se pode ler na entrevista que segue, feita por e-mail. Elaborada numa perspectiva marxista, sua tese desconstrói a naturalização do cuidado como algo natural as mulheres. “Não é natural. É algo historicamente produzido pela ideologia patriarcal. Temos o dever ético de alterar isso, contribuindo para o compartilhamento do cuidado doméstico entre os gêneros. Então, a categoria gênero é fundamental nesse sentido, por mostrar as relações hierárquicas e desiguais que pesam sobre as mulheres”. Confira. Atente para suas genuínas reflexões.

LUCIA CRISTINA DOS SANTOS ROSA é Assistente Social, docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Doutora em Serviço Social pela UFRJ.

É praxe pedirmos aos nossos entrevistados(as), que inicie esta falando um pouco da sua trajetória – formação acadêmica, militância..., enfim, fique à vontade.

LUCIA CRISTINA DOS SANTOS ROSA - Que bom esse diálogo com você Mascarenhas, e esse seu veículo que permite aproximações e desenvolve esse excelente trabalho. Bom,

sobre minha trajetória, iniciei na vida acadêmica na Faculdade de Serviço Social de Piracicaba, onde coleei grau em janeiro de 1985. Piracicaba-SP é minha terra natal, que tem por base

econômica a cana de açúcar e atrai ou atraía muitos migrantes nordestinos, de quem me aproximei muito. Minha militância começa na faculdade junto à Associação dos Fave-

lados de Piracicaba, pela luta pelo solo urbano, urbanização das favelas. Entrei como estágio obrigatório, depois fui contratada como assistente social para desenvolver um trabalho de organização comunitária em três comunidades da cidade, em 1985. Em setembro de 1986 passo a residir em Teresina-PI, o marido é piauiense. Aí fui no extremo oposto, fui trabalhar no Serviço Social da Indústria – Sesi – DR Teresina.

Como define essa experiência...?

LCSR – Como muito interessante, um lugar privilegiado para conhecer o Piauí e a realidade dos trabalhadores da indústria. Mas ainda falando da minha trajetória, em março de 1989 ingressei no mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco onde desenvolvo minha dissertação, defendida em 1994 sobre a prática do assistente social no Sesi, sob a insígnia da cidadania empresarial. Em outubro de 1989 ingresso no Departamento de Serviço Social como docente, após aprovação em concurso público. Início meu trabalho a partir do estágio supervisionado, o que me permitiu conhecer a realidade de diferentes espaços de trabalho dos assistentes sociais, sobretudo da política de saúde e assistência social. A professora Dulce Silva se aposenta da UFPI e me designam para o trabalho na saúde mental, à época só tínhamos o Hospital Areolino de Abreu e o Meduna. A partir dos engajamentos com as assistentes sociais do Areolino, sobretudo Fátima Alves e Josélia Carvalho, apresentamos trabalhos no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em Salvador, já discutindo o tema da família, junto com o psiquiatra Dr Mauro Passamani. Em 1995

ingresso no doutorado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e em 2001 defendo a tese que deu origem ao livro Transtorno mental e o cuidado na família, desenvolvido com familiares, a partir do Hospital Areolino de Abreu.

E sua atuação na saúde mental, como analisa?

LCSR - Inicialmente, como docente, foi uma redescoberta porque vi que a questão cultural é muito forte. Vi a saúde mental como um local de trabalho como outro qualquer, mas, quando eu dizia que atuava no Areolino as pessoas se espantavam e havia sempre a perspectiva de que um dia eu apanharia dos usuários de lá. A ideia da periculosidade era muito forte. Não introtei isso porque meu contexto em Piracicaba me permitiu viver com uma pluralidade de pessoas, inclusive, muitos com transtorno mental que viviam pelas ruas e meus pais acolhiam e auxiliavam e isso se tornou algo familiar, o que me fez não associar loucura à periculosidade ou incapacidade, o que me auxiliou sobremodo.

Pelo visto a perspectiva das pessoas de que em algum dia a senhora apanharia dos usuários não aconteceu?

LCSR - Não. Ao ingressar no Areolino vi que o que persistia na assistência em meados da década de 1990 era a associação entre loucura e sujeira, pois a assepsia que é uma das marcas do hospital moderno estava distante. Via a pobreza em todos os sentidos, principalmente econômica e relacional. Passei a ver a importância de entender melhor da gestão da política de saúde mental e me engajei com Marta Evelin,

Irlane Abreu, Josélia Carvalho e Lúcia Meneses no processo de criação da Âncora (Associação de Usuários e Familiares da Saúde Mental). E passamos a organizar os encontros da luta antimanicomial no plano local. Marta Evelin se destacou como uma das principais lideranças e em seguida passa a assumir a linha de frente dos encontros de formação política de usuários e familiares da saúde mental. Sugiro uma entrevista com ela na Atente.

Sugestão acatada. Mas após essa travessia, como a senhora situa o profissional Assistente Social nesse cenário de Covid-19 e ideologia neoliberal?

LCSR – O profissional de Serviço Social no contexto da ideologia neoliberal tem um projeto ético político, criado pela profissão desde a década de 1990, que tem por base o tripé: lei de regulamentação da profissão (Lei 8662), o código de ética da profissão e as diretrizes curriculares que abrangem o exercício e a formação profissional. Postula uma sociedade livre das opressões. Tem a liberdade como valor central. A defesa intransigente dos direitos humanos. A ampliação e consolidação da cidadania. A defesa do aprofundamento da democracia. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito. Garantia do pluralismo nas relações intra e interprofissionais. Opção de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária. Articulação com os movimentos sociais. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. Exercício da profissão sem ser discriminado, nem discriminar. Logo, pelos princípios pode ser observado que a profissão resiste

à ideologia neoliberal e a tudo o que ela traz de exclusão, discriminação, contra o social e a transferência da formulação e implementação das políticas públicas sociais para outros entes que não o serviço público estatal, que tem o registro da cidadania, a garantia de direitos e laicidade das ações. No contexto da atuação da Covid-19, profissionais de Serviço Social da política de assistência social e saúde figuraram como em serviços essenciais e estiveram no grupo da “linha de frente”. Houve tentativas de desconfigurar as atribuições e competências profissionais sobretudo nas ações em saúde pública, mas, o Conselho Federal de Serviço Social prontamente emitiu orientações para a categoria, reafirmando os princípios e postulados da lei de regulamentação da profissão.

Podemos dizer que a Covid-19 trouxe desafios para todas profissões, mas no caso específico da Assistência Social, como a senhora avalia esses desafios, o que foi feito pra enfrentar essa pandemia?

LCSR – É verdade que a Covid-19 trouxe desafios para todas as profissões, mas o coletivo do Serviço Social se mostrou muito atuante. O CRESS Piauí por exemplo, desenvolveu cursos online, lives e tem orientado a categoria com instruções e normativas. A construção de respostas ao contexto da Covid-19 requer a conjugação de esforços coletivos e a categoria traz essa marca na sua cultura profissional. Então, esse diálogo com os movimentos sociais e com a sociedade civil é permanente.

O que a motivou trabalhar no seu doutorado o tema “Trans-

torno mental e o cuidado na família”?

LCSR - Tudo começou na minha condição de supervisão acadêmica de estágio curricular obrigatório no Hospital Areolino de Abreu. Havia muita culpabilização da família no dia a dia assistencial. Ouvia comumente frases como “a família abandona”, “A família quer transferir o cuidado do seu ente enfermo para o Areolino”, “A família não visita”. Mas, na época, havia um pavilhão de pré-internação que acolhia pessoas de primeira crise psiquiátrica, na perspectiva de evitar uma internação integral. Como demonstra Erving Goffman no livro *Manicômios, prisões e conventos*, a internação é o selo, o passaporte inicial para o estigma, para o descrédito, a invalidação pública de uma pessoa com diagnóstico de transtorno mental. Então, evitar uma internação em hospital psiquiátrico faz se fundamental.

À luz da sua compreensão, a internação nos dias atuais é necessária?

LCSR – Compreendo que às vezes ela é necessária. A reforma psiquiátrica começa denunciando os vários usos da internação. A lei 10.216 regulamenta os três tipos de internação: voluntária, involuntária (o que é muito comum, porque pessoa com transtorno mental raramente se admite enferma) e compulsória (determinada pelo juiz). Na pré-internação, comecei a ouvir da equipe multiprofissional outra fala: “a família quer se internar junto com o paciente”. “A família infantiliza, quer dar comida na boca, quer dar banho”. Foi minha primeira hipótese de trabalho. A trajetória da família com o transtorno mental inicia com muitos investimentos, econômicos, temporais, afetivos, na perspectiva de cura. E com o passar do tempo, com resultados longe do es-

perado, ela vai desinvestindo, até porque entende que quem entende desse cuidado complexo é quem estudou para tanto. Nesse sentido, até hoje os serviços preparam pouco os familiares para prover cuidados. Já avançamos um pouco, mas, ainda muito pouco. A Covid-19 veio nos desafiar também nesse sentido, porque os familiares não podem mais visitar presencialmente e os usuários dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) não podem mais permanecer nos serviços durante o dia, não participam de grupos presenciais (porque não pode haver aglomerações). Então, a família está impossibilitada de dividir o cuidado da pessoa com transtorno mental com os serviços de saúde mental.

Então posso concluir disso que a senhora se reportou acima, foi o que a motivou trabalhar esse tema na sua tese?

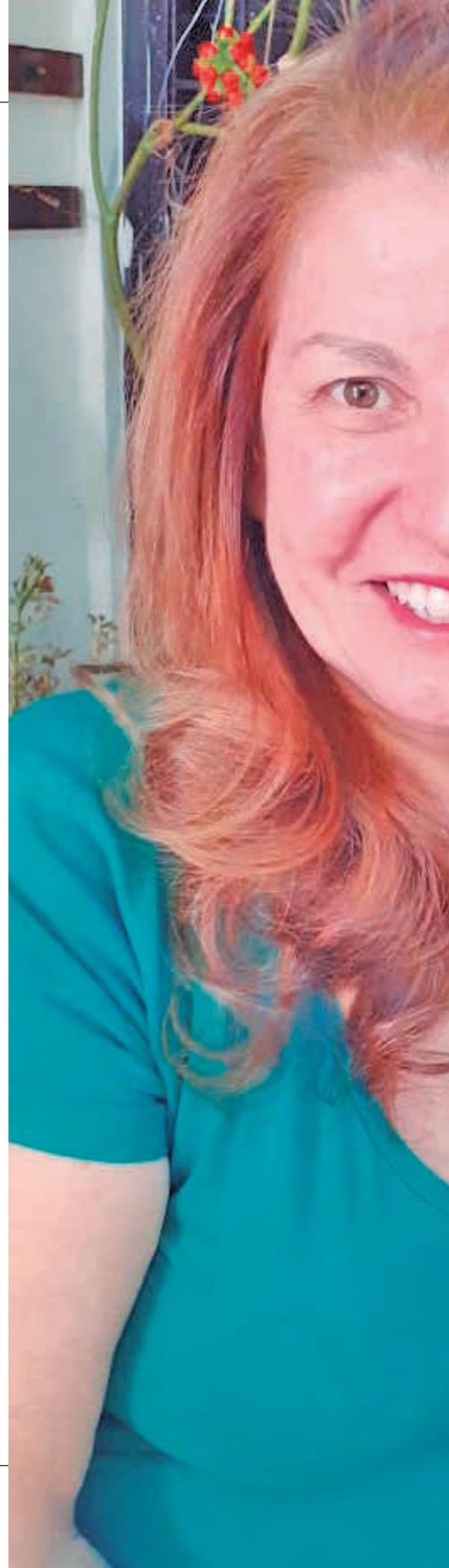
LCSR – Sim, foi isso. Desvendar a relação da família com a pessoa com transtorno mental, lançando novos olhares. E lancei. Mostrei que a família que mais utiliza os hospitais psiquiátricos é a monoparental, chefiada pela mulher. Ou seja, essa mulher está sozinha, sem ter com quem dividir a provisão do cuidado. Para a família internar, não é abandonar. É dividir o cuidado com quem estudou para produzir esse complexo cuidado. Mostrei que cuidar de uma pessoa adulta com transtorno mental é algo complexo, e que não basta o amor e obrigações familiares. Mostrei que no geral a família aprende a cuidar no ensaio e erro, ou seja, com pouca contribuição dos serviços de saúde mental. Que cuidar é um encargo predominantemente feminino. Que há no geral um único cuidador na família que toma para si todo cuidado e arrisca também adoecer. Que o ato da internação é muito difícil para a família, e ocorre com um percurso anterior que, muitas

vezes levou a família a ter muitos investimentos simbólicos ao procurar apoio em pai de santo, pensando que era “um trabalho feito”.

Há muita desinformação. Há ônus financeiro, às vezes a família paga um médico particular caríssimo, na perspectiva da cura. E há muitos investimentos e desgastes afetivos, sobretudo porque é uma clínica singular, onde muitas vezes o “paciente” é internado contra a vontade. É um dos poucos “pacientes” que não admite estar enfermo. Então, isso gera sentimentos de culpa, abandono, vergonha para a família e para a pessoa com transtorno mental. E muitas vezes a dificuldade em fazer uma visita reside nesses sentimentos.

Por que escolheste pra fazer seu doutorado a ESS-UFRJ?

LCSR - Escolhi a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ESS-UFRJ, porque: 1) O Rio de Janeiro é o berço da psiquiatria e dos primeiros serviços de saúde mental do Brasil. 2) No RJ tem muitos cursos e escolas potentes na saúde mental. Tem o próprio IPUB da UFRJ onde fiz uma especialização em saúde mental, a posteriori. Tem o Instituto de Medicina Social da UERJ, a Fiocruz com o Paulo Amarante, autor do livro *Loucos pela vida* – a





trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil, fui sua aluna na disciplina que ele leciona. E a esses dois aspectos agregou o fato do meu orientador, Prof. Eduardo Vasconcelos, ser professor da ESS-UFRJ e ter toda preocupação no trabalho com as famílias e os familiares, tendo criado os grupos de ajuda e suporte mútuo. Então, o contexto em geral contribuiu em todos os sentidos.

Além dos citados, com quais outros autores(as) a senhora trabalhou e que deu corpus à sua tese?

LCSR - Trabalhei em uma perspectiva marxista, com vários autores, sobretudo as feministas. Discuti a produção do cuidado como um trabalho, desmistificando sua condição de amor e obrigação. Ele é um trabalho não remunerado e que onera as mulheres. Então, mostrei como ocorre a divisão sexual do trabalho e como há uma naturalização do cuidado como algo inerente as mulheres. Não é natural. É algo historicamente produzido pela ideologia patriarcal. Temos o dever ético de alterar isso, contribuindo para o compartilhamento do cuidado doméstico entre os gêneros. Então, a categoria gênero é fundamental nesse sentido, por mostrar as relações hierárquicas e desiguais, que pesam sobre as mulheres.

À luz da sua tese, como analisa e situa historicamente o conceito de transtorno mental?

LCSR - No início era alienação, depois doença mental, um termo que sempre deixou a psiquia-

tria desconfortável diante da própria medicina, dos “pacientes” e familiares. Com base na representação da doença, a família lá em meados da década de 90 pedia um “eletro da cabeça”, pois a representação da doença era associada a um dano anatomopatológico. O termo transtorno mental veio mostrar que há uma enfermidade sem base anatomopatológica, sem lesão de órgãos e tecidos. Tem o livro do Octávio Serpa discutindo isso, o mal-estar na natureza. Atualmente se discute muito as alterações neuroquímicas do cérebro, implicando as sinapses. Então, é difícil para a família entender essa enfermidade que não tem base física.

O sincretismo também faz parte dessa narrativa?

LCSR - Faz. Nas representações, sobretudo populares, ainda persiste muito essa associação com questões espirituais. Tem familiar que fala “foi trabalho feito”; “foi macumba”, “encosto”. Outros dizem: “a pessoa ficou impressionada”. É fato que o transtorno até para muitos psiquiatras é difícil. Tem o livro do Artur Perrusi - As imagens da loucura que mostra que até para os médicos a loucura é equivalente à esquizofrenia. E que há muito do senso comum presidindo o dia a dia assistencial. Se pegarmos a experiência americana dos ouvidores de vozes, eles vão associar os delírios à experiência cultural de cada pessoa com transtorno mental. Eles subvertem todo olhar para os delírios. Vale a pena. É realmente uma viagem esse universo e discussões dos transtornos mentais. Mas, é o termo consagrado na área de medicina e nos Códigos Internacionais de Doenças. A Psicologia usa mais o conceito sofrimento

psíquico ou mental. A família usa mais problema mental. Tem até alguns tabus e mitos entre alguns familiares, que se usar o nome pode atrair coisa ruim.

E a senhora, qual termo prefere usar e por quê?

LCSR - Gosto muito de usar com os familiares o termo problema mental porque assim podemos sem estigma, preconceito, analisar as representações que eles carregam, de maneira mais respeitosa. Muitas vezes os familiares e a própria pessoa com transtorno mental não sabe qual diagnóstico tem e nem a medicação que usa. Entender o transtorno mental e separar a pessoa dos sintomas é fundamental para a produção de um bom cuidado. Assim muitas associações de familiares levam o nome de alguma enfermidade. Ou porque a associação é ligada a algum curso de medicina ou da área da saúde, ou porque os familiares se associam em torno do entendimento da enfermidade. Isso é grave!

Por que?

LCSR - Porque Mostra que não há uma ação de educação em saúde para trazer informações e conhecimentos de qualidade para o dia a dia do cuidado doméstico e desmistificar os transtornos mentais e até mesmo as medicações. A família não tem medo do diazepam, que causa dependência. Mas, tem medo do haldol e às vezes nem administra direito, porque tem medo ou é desinformada. Ainda temos muito o que fazer em ações educativas e psicoeducativas para e com os familiares.

E o cuidado na família, como observa seu protagonismo?

LCSR - É muito complicado para muitos familiares de bai-

xa renda cuidar de uma pessoa adulta com transtorno mental. Os familiares de alta renda no geral terceirizam o cuidado. Contratam equipes ou profissionais. Para eles também não é fácil, mas, o recurso econômico, o fácil acesso à internet e informação contribuem muito. Há muitas desorientações, desinformação entre o público majoritário do SUS que, apesar de universal, ainda é utilizado predominantemente pelos pobres.

Às vezes há conflitos familiares, dificuldades econômicas, educativas, emocionais, privações e exclusões de várias ordens. Nossa formação acadêmica melhorou mas ainda está distante das necessidades da população majoritária do SUS. A formação ainda dialoga muito com a linguagem e realidade da classe média. Temos que aprender e ensinar o diálogo com a realidade dos segmentos de baixa renda. A família protagoniza dentro do que é viável. Pouco conhecemos quem é essa família e em que condições ela produz o cuidado. E também, as vezes cobramos algo impossível dela. Participar do SUS e dos espaços de controle social exige conhecimento, formação.

Além de preparo emocional... LCSR - **Sim, exige** preparo emocional para entrar em uma arena de conflitos, disputas por projetos e modelos de cuidado, que requer investimento em conhecimento, temporal e emocional. Para o familiar de baixa renda às vezes fica inviável. Nós, profissionais, temos que criar estratégias para estarmos próximos, auxiliarmos levando em conta a realidade. Nesses tempos de distanciamento físico, tenho visto muito grupo de familiares e usuários pelas redes sociais, via tele vídeo, realizado pelos profissionais do Rio Grande do Sul, **por exemplo. Mas, vejo que a realidade de muitos usuários**

e familiares de lá é bem diferente do Nordeste. A pobreza deste às vezes impossibilita a família ou o usuário ter um celular. Aí também teria que entrar a atenção básica, que está lá próximo da família. A família protagoniza muito no dia a dia do cuidado e respondendo às demandas dos CAPS para elas. Mas, está super sobrecarregada. O meu protagonismo é pelas pesquisas e alguns trabalhos de extensão universitária.

Sua tese, tornada livro, já na 3ª edição pela Cortez Editora, conta com 367 páginas, quatro capítulos, prefácio sob auspícios do seu orientador, psicólogo e cientista político doutor Eduardo Mourão Vasconcelos. Sobre o último capítulo, que trata da relação A família com o portador de transtorno mental, como a senhora analisa essa questão?

LCSR - É uma relação complexa, precisa de outros olhares dos serviços, do dia a dia assistencial, da formação profissional, da sociedade e da família. Não é à toa que a produção do cuidado é comunitária, segundo a reforma psiquiátrica. Passa pela família, mas, o cuidado comunitário, esse entendimento é fundamental, porque o estigma é também extensível para os familiares. Eles às vezes ficam exaustos e nem se dão conta disso.

Mas, o interessante é que eu tinha a perspectiva que meu trabalho final estaria carregado de sentimentos pesados, negativos. E a surpresa foi essa. Apesar de mostrar que a família aprende a cuidar no “ensaio e erro”, de maneira solitária, muitas vezes com nula contribuição dos serviços e profissionais de saúde, eles criam estratégias de produção de cuidado. Essas tecnologias assistivas produzidas por eles têm que ser mais valorizadas. Eles também precisam ser elogiados e ver que sabem sim cuidar, apesar de ser indispensável a troca de saberes populares com o acadêmico. Temos muito que aprender com eles e a trocar, também partilhar. Nós profissionais temos que ter mais generosidade, amorosidade, empatia. Eles têm muito a gratidão e também o sofrimento, e não podemos desconsiderar esses dois polos. Para eles, o registro do direito a uma assistência de qualidade ainda está muito associada à gratidão. E temos que decifrar esses códigos populares.

Qual sua análise sobre a Reforma Psiquiátrica?

LCSR - A Reforma psiquiátrica é uma complexa conquista da sociedade brasileira. Começa com as denúncias das precárias condições de trabalho dos profissionais e com isso, veio a explicitação da violação de direitos humanos no dia a dia assistencial. Surge o Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental que depois é transformado em Movimento da Luta Antimanicomial. O início da década de 1990 foi o início da Política de Saúde Mental brasileira sob a égide da reforma. E a principal estratégia era descentralizar a atenção dos hospitais psiquiátricos/manicômios (condenados em 1990 pela Declaração de Caracas, a partir de evento promovido pela Organização Pan Americana da Saúde, da Organização das Nações Unidas) e reorientar o cuidado para serviços de portas abertas, comunitários. E o processo ocorreu de uma maneira que acreditamos na direção da crescente consolidação. Com as Conferências de Saúde Mental; a aprovação da Lei nº 10216/2001; a normatização dos CAPS, pela 336/2002; a assunção da redução de danos como paradigma na atenção ao consumidor de substâncias psicoativas e a constituição da Rede de Atenção Psicossocial, que veio aprimorar o trabalho intra e intersetorial; acontecia ainda as reuniões das Coordenações estaduais e municipais de saúde mental com o Ministério da Saúde e a participação social era muito valorizada.

E a cidadania das pessoas com transtorno mental, como a senhora a vê?

LCSR - Crescentemente a cidadania da pessoa com transtorno mental e dos usuários de álcool e outras drogas era reconhecida e fortalecida. Mas, desde a implementação do Programa Crack é possível vencer, observamos outra relação

de forças no governo federal. Todas as pesquisas sinalizam que o principal problema era com o álcool e esse redirecionamento para o crack em nome de uma alardeada “epidemia”, começou a reorientar os rumos reformistas. Veio a perspectiva de internação forçada dos consumidores de crack e toda associação a imagem desse público com os zumbis, a sujeira, retirando-os da condição de sujeitos de direitos.

Mas uma pesquisa da Fiocruz mostrou o contrário?

LCSR – Sim, essa pesquisa da Fiocruz mostrou que não havia uma epidemia do crack, houve sim aumento do consumo mas não epidemia. O uso do crack pode se transformar em um grave problema social e para os familiares, mas, a pessoa consumidora não perde a cidadania. Sempre houve embates entre diferentes projetos para a saúde/saúde mental em disputas desde sempre. Mas, as forças mais favoráveis à cidadania e participação social dos usuários dos serviços de saúde mental e de seus familiares, ganharam espaço entre 1990 e 2000/2015. A partir de 2016 temos redirecionamentos importantes nos rumos então postos. Com a destituição da presidenta Dilma da presidência, as forças favoráveis à volta do investimento em modelos segregadores, manicomial tomam a cena e reorientam o processo. Entretanto, a luta não acabou. A lei nº 10.216 continua valendo e os princípios do SUS também. O desafio agora é as forças que defendem a reforma psiquiátrica renovar o fôlego, reforçar a luta, em prol inclusive de mostrar para a sociedade o que foi construído e os riscos que o processo corre, com uma remanicomialização. A Rede de Atenção Psicossocial está bem precarizada. Mas, o SUS foi fortalecido com a pandemia. Então, a defesa da RAPS é também a defesa

do SUS. Tem a Frente contra a Privatização da Saúde, que no Piauí tem o Conselho Regional de Serviço Social na articulação e temos que somar a outros movimentos sociais.

À luz da sua tese, qual a crítica que a senhora faz a sociedade moderna nos seus primórdios, no que se refere à loucura, o louco, os homens e as mulheres de então?

LCSR - A sociedade moderna, em nome da razão, associou a loucura e o louco à periculosidade e a incapacidade, homogeneizando um segmento que é plural. A periculosidade e incapacidade associou psiquiatria ao campo jurídico, e suspendeu a cidadania desse segmento. Loucura e o louco passou a ser associada a tudo que era desrazão, inclusive convívio com a sujeira e violações de direitos humanos. Tudo era normalizado como parte da “doença”. Em nome da razão, a sociedade moderna violou direitos desse grupo. A reforma psiquiátrica tenta fazer o reparo disso. Incorpora a pessoa com transtorno mental ao estatuto da cidadania e passa a defender seu direito à cidade e a todas as políticas públicas sociais. Outro aspecto importante que se fez em nome da razão é o silenciamento, o apagamento das questões de classe social, gênero e racial do processo de cuidado. O diálogo ocorria com a figura do “paciente”, um ser atemporal, a-histórico. A reforma psiquiátrica crescentemente incorporou as discussões de gênero, mostrando as questões do trato como o feminino, o masculino e o segmento LGBTQIT+, que entra na pauta de discussões. Também mostrou que o modelo manicomial se destinou prioritariamente ao louco pobre. Como no Brasil a pobreza tem cor, então, eram os segmentos pardos e negros o público prioritários dos manicômios, como também das prisões. Então, a

cultura manicomial era parte da sociedade em geral. Desmanicomializar implica desconstruir todo aparato jurídico, teórico-técnico e étnico, administrativo, cultural, institucional, dentre outros que deram sustentação à subordinação das mulheres (patriarcado); ao preconceito da população LGBTQIT+ e às desigualdades estruturais e estruturantes da nossa sociedade, atravessada por questões de gênero, raça e classe social.

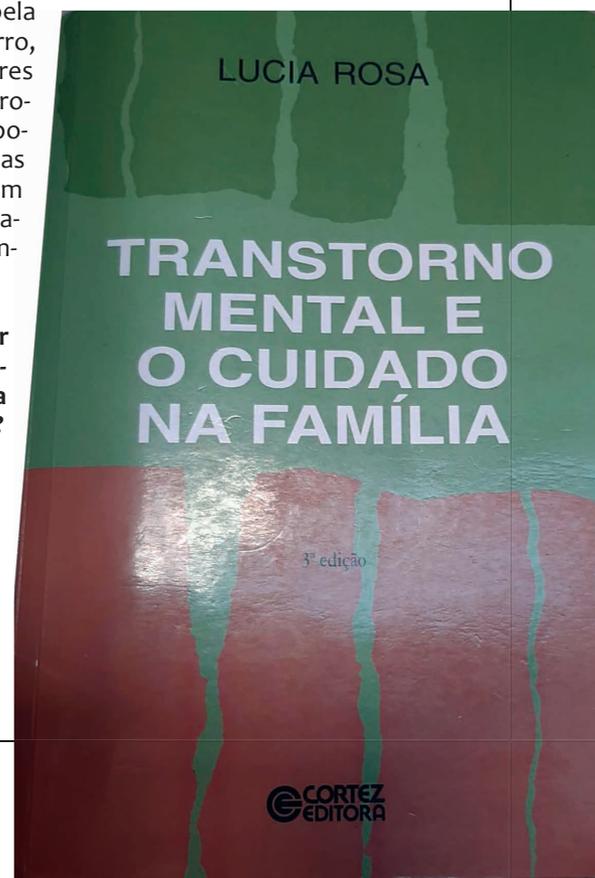
Qual sua avaliação dessa questão do transtorno mental e o cuidado na família, hoje?

LCSR - Ainda temos muito que percorrer na aproximação das discussões e na produção do cuidado da família e na sua relação com a pessoa com transtorno mental. Avançamos, pois havia reuniões periódicas com familiares. Alguns CAPS com conselhos gestores. A voz da família tinha vez e espaço. Com a pandemia isso está meio complicado no nosso contexto. Mas os profissionais estão recriando estratégias, intensificando o trabalho em rede virtual. Mas, como eu disse, temos que trazer mais o conhecimento gerado pela família no ensaio e erro, para se somar aos saberes acadêmico-científico e produzir algo mais denso e potente, para que as famílias cuidadoras não se sintam tão desamparadas, isoladas, solitárias nesse complexo cuidado.

Apesar de se admitir como de esquerda, a senhora tem ampliado sua crítica a esta, por quê? Que críticas são essas?

LCSR – Verdade, me assumo do campo da esquerda, mas, sempre defendo que temos que manter o olhar crítico. Ainda estamos muito fechados nos manicômios dos corpo-

rativismos. O movimento sindical por exemplo, pouco dialoga com a luta antimanicomial, e até reforçava negociações com planos privados de saúde. O movimento de mulheres, pouco incluía na sua agenda as questões das mulheres com transtorno mental e também a luta antimanicomial, pouco se aproximava da luta das mulheres. A questão religiosa, sobretudo a religiosidade popular é pouco olhada e estudada pela esquerda brasileira. Os professores Eduardo Vasconcelos e Rita Cavalcante trazem discussões importantíssimas nesse sentido, a partir do livro Religiões e o paradoxo apoio social: intolerância e implicações na política de drogas e comunidades terapêuticas. A maioria das lideranças dos movimentos sociais se descolaram da base. Precisamos voltar a investir em educação popular, em preparo das famílias com pessoas com transtorno mental não na perspectiva de palestra, mas de co-construção, trocas de saberes. O momento atual nos desafia na direção da reinvenção, de formas criativas de ser, estar no mundo e fazer política.





Umbuzeiro:

"Planta Sagrada do Sertão"

Uma dádiva da natureza,
O criador deixou no sertão,
Dá sombra, fruto e é riqueza,
Sua beleza chama a atenção.

Encontrado no bioma caatinga,
O umbuzeiro é planta nativa,
Há séculos de extrativismo
E um pé de umbu ninguém cultiva.

Árvore sagrada do sertão,
Que dá de beber a quem tem sede
E de comer a quem tem fome,
Euclides da Cunha lhe deu o nome.

O sertanejo é um povo forte,
Tem trabalhador do Sul ao Norte,
Mas, se não cuidar do umbuzeiro,
Pode ter uma piora na sorte.

O Senhor é nosso Pastor,
Não vai deixar o umbu faltar,
Vamos cuidar bem do umbuzeiro,
Para o umbu não se acabar.

Vamos lá, sertanejo, vamos,
Não deixe o umbuzeiro morrer,
Pois, se no sertão faltar umbu,
O sertanejo é quem vai sofrer.

Tanto os que moram na cidade,
Quanto a população campestre,
São a cara da felicidade
Ao se falar da planta silvestre.

O vaqueiro, o agricultor,
O empregado, o fazendeiro,
Todo trabalhador do campo
Se beneficia do umbuzeiro.

Viva o sagrado umbuzeiro,
Salve o povo do sertão,
A extinção do umbuzeiro
É prejuízo para a Nação.

Fotos: arquivo pessoal





Poesias



RETROSPECTO

Por muitos anos
afiei lâminas nos dentes, guardei oceanos no corpo.
Entretanto,
escrevo-te,
alheio à tua indiferença.

(Onde puseste
as lágrimas dos indigentes? Daqueles
que, esquecidos, esconderam-se por
entre ossos luminosos?)

Por muitos anos

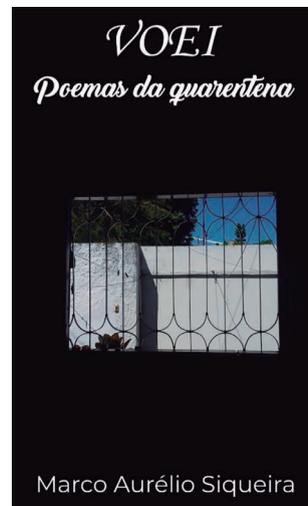
escavei o seco solo dos séculos
com as unhas gastas, enquanto planejava
armagedons detonando sílabas que
sangravam.

Apesar de lúcido, perdi quase tudo.
Restou-me apenas este rosto desfocado.
Este corpo impresso
no papel. Este texto no qual me tornei,
escrito com
o sangue
dos que se foram.

Guardei de mim
apenas este rosto, sujo de palavras.

RUÍNAS

Nas esculturas de pedra
Perfiladas entre flores
Obtusas imagens
Em silêncio circunspecto
Submisso capricho do dinheiro
Éden em devoção
Do muito que nada vale
Refletidas em sua bandeja de prata
Imóveis e condenadas
No embaraço de suas tardes iguais
Perdidas pelos temporais
Ruínas de Armagedon
Colorindo de cinza
O ouro roubado
Verde ensanguentado
Na derrota demente
Mudo
Cego
Descrente
Pétreo egoísmo
Na flor desse presente.



E-book, publicado em setembro pela Amazon



Ministério

Atua como inimigo do meio-ambiente

O ano de 2020, no que se refere as políticas ambientais no Brasil, está entrando para a história como o mais destrutivo de que sem tem registro no país.

Dados do sistema de alerta de desmatamento do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), revelam que a derrubada de áreas de floresta neste ano é a maior nos últimos 10 anos. Associado ao problema de negligência, omissão e desmantelamento das políticas de meio-ambiente promovidas pelo atual governo, existe o aumento das queimadas na região amazônica e do Pantanal matogrossense, que enfrenta a pior seca dos últimos 60 anos.

Nos cerrados, de acordo com informações de ONGs (Organizações Não Governamentais) ligadas à defesa do meio ambiente, as queimadas e incêndios criminosos tem relação direta com a expansão das áreas de cultivo de soja.

Sem uma ação efetiva de fiscalização e monitoramento e afrouxamento da legislação ambiental, todos os biomas estão sendo significativamente impac-

tados, com a conseqüente degradação dos recursos naturais, perda da biodiversidade e aumento das emissões de carbono, que potencializam o aquecimento global – a maior crise ambiental deste século. Para o ministro Ricardo Salles, aquecimento global é um assunto “acadêmico” e “não prioritário”, conforme suas declarações.

Como já se tornou comum, o governo tem respondido as denúncias e dados de instituições sobre a gravíssima questão ambiental no país com uma postura negacionista e até mesmo com informações falsas sobre o assunto. Numa reunião de ministros, Ricardo Salles, sugeriu aproveitar a pandemia para modificar a legislação ambiental e “passar a boiada”. Bolsonaro num discurso na ONU (Organização das Nações Unidas) chegou ao absurdo de culpar os povos indígenas pelos incêndios na Amazônia.

Desde que assumiu o ministério do Meio Ambiente em janeiro de 2019, Ricardo Salles, demitiu especialistas em biodiversidade, exonerou servidores efetivos que exerciam a sua fun-

ção pública, freou a fiscalização ambiental com o menor número de multas nos últimos 11 anos e retirou recursos indispensáveis para a manutenção dos trabalhos de sua pasta. Em razão disso, o Ministério Público Federal (MPF) em julho deste ano, entrou com ação de improbidade administrativa contra o ministro, acusando-o de desestruturação dolosa (intencional) das estruturas de proteção ao meio ambiente. Para o MPF, Ricardo Salles, promoveu o esvaziamento de preceitos legais para favorecer interesses que não tem qualquer relação com a finalidade da pasta que ocupa.

Embora o Brasil tenha uma posição privilegiada no cenário mundial com todas as matrizes energéticas, minerais estratégicos, biodiversidade e a maior área de terras agricultáveis e de água doce do mundo, o que se verifica é uma política ambiental irresponsável e suicida, que pretende privatizar até mesmo os parques nacionais como Chapada dos Guimarães (MG), Parque Nacional do Iguaçu (PR) e Lençóis Maranhenses (MA).

Fundos internacionais que detém ativos no valor de R\$ 23 trilhões e que tem investimentos no Brasil já afirmaram que se o governo brasileiro não rever sua destrutiva política ambiental, suspendendo o desmatamento e diminuindo as emissões de carbono, eles poderão suspender os investimentos no país.

É flagrante hoje no Brasil o desmonte da política ambiental, violação dos direitos dos povos indígenas e de direitos humanos. O mundo todo reconhece a importância da conservação e da biodiversidade. Nos últimos 50 anos o planeta perdeu 68% de suas populações de mamíferos, aves, anfíbios, répteis e peixes selvagens.

As principais causas para esse desastre são o desmatamento crescente e a expansão agrícola, que agride cada vez mais os ecossistemas. Uma floresta ou qualquer outro bioma conservado pode dar resultados econômicos e sociais duradouros e para todos os habitantes do país. Por que tomar o caminho contrário?



DELÍCIA

ACEITAMOS ENCOMENDAS. CONTATO: **86 99845-4403**



A guerra política

Das vacinas

É uma das expressões mais eloquentes da História Brasileira da Infâmia — essa que no momento se repete como genocídio.

Dória amava Bolsonaro que amava Caiado que amava seus touros. Ninguém amava ninguém. Todos iriam para os Estados Unidos, se pudessem. Pazuello a tudo assistia. O povo foi assassinado e o poder público se casou com a Covid 19.

Eu peço desculpas a Drummond, mas a palavra "quadrilha" não poderia ser mais apropriada para sintetizarmos esse misto de escárnio com descaso absoluto pelo que é público. Esses senhores estão a celebrar o vírus, a gozar com o vírus, com cada tubo de cada paciente terminal.

Ontem mataram John Lennon de novo, como acontece todos os dias. Imaginem um mundo sem psicopatas e sem delírios políticos, sem botox e sem cheques, sem fardas e sem arame farpado. Imaginem um mundo sem arminhas. Imaginem todas as pessoas vivendo. Com vacinas.

Roger Waters imaginou um memorial para políticos assassinos, em "The Fletcher Memorial Home". Era um manicômio para políticos de alta periculosidade. Fosse hoje os pesadelos de Waters teriam de ser privatizados, a instituição seria tomada de assalto por Dória e Pazuello, sob as gargalhadas de Bolsonaro.

Esses senhores só não são as gárgulas sem máscara de um edifício que vai ruir porque suas monstruosidades não têm qualquer origem estética. Eles são uma casa sem calhas e uma farmácia sem seringas, mas também um teatro de marionetes onde o público tenha sido sequestrado — e obrigado a assistir à demolição da casa ao lado.

Eles são especialmente infames porque brincam com as presas (antes de matá-las) com patas políticas, a população se vê indo para o matadouro como se seus al-

gozes tivessem um especial prazer no caminho cínico para isso — é caminhando que se assassina, pensam eles. Destruir sem escarnecer, jamais.

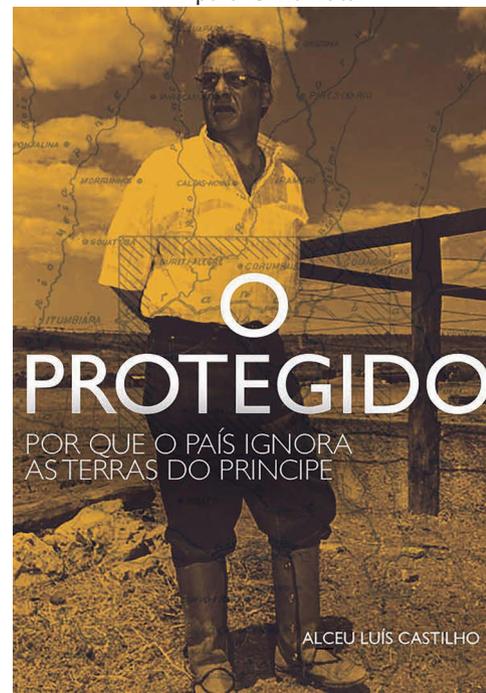
Faltam dois anos para degolarmos toda essa gente. Sim, degolarmos no sentido simbólico. Arrancarmos de nossos prédios públicos (os que restaram) cada uma dessas faces do horror. Com exposição pública (imaginem que estaríamos resgatando a educação, por exemplo) do nome de cada genocida.

Isto como primeiro passo. Pois precisaremos fazer em seguida uma auditoria para identificarmos cada empresário (cada dono da mídia, por exemplo) que ajudou a construir esses monstros — cada um dos genocidas engomadinhos e envernizados — e agora já começa a posar de Defensor da Civilização.

Esses defensores da barbárie, primos desses políti-

cos infames, não hesitarão em nos empurrar goelas abaixo qualquer cloroquina maldita, atenda ela pelo nome de Huck ou Mandetta ou qualquer nova farsa que convenha ao capital — esse que rege essas bocarras e essas arminhas e essa farsa, essa anestesia coletiva, essa cloaca.

Um bom presente para ler no Natal



10/12: Dia Internacional dos Direitos Humanos, foi lembrado no PI com protestos

As vidas das mulheres importam, violência não!

“**E**xigimos que o judiciário cumpra o seu papel e garanta agilidade no julgamento de processos. Queremos a efetivação de políticas públicas”, diz na entrevista que segue a feminista e Especialista em Direitos Humanos pela UFPI,

Maria Madalena Nunes, ao participar de manifestação em frente ao TJ-PI, na manhã do dia 10/12 pra lembrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos e afirmar que “As vidas das mulheres importam, violência não! Confira. Boa Leitura.

Por Carlos Mascarenhas

Como você situa hoje a questão dos direitos humanos?

Maria Madalena Nunes - Os Direitos Humanos continuam ameaçado e agora de forma mais intensa, escancarada. O governo federal não esconde o seu despreço pela humanidade, meio ambiente e mesmo animais não humanos. Muito desafios postos, no Brasil e no mundo.

DH e as mulheres, como analisa?

MMN – Como disse Simone de Beauvoir, basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Não basta criminalizar a mulher violentada ou morta, interessa ao machismo, criminalizar e ameaçar todas nós e todas as nossas conquistas. Nossos direitos são os primeiros ameaçados e retirados. Se todas as pessoas estão ameaçadas nos seus direitos humanos, para nós, mulheres, já é uma realidade. Portanto, no Dia Internacional dos Direitos Humanos fomos às ruas dizer isso: As vidas das mulheres importam, violência não! Exigimos que o judiciário cumpra o seu papel e garanta agilidade no julgamento de processos. Queremos a efetivação de políticas públicas.

Sobre o feminicídio, essa cultura de declarar morte as mulhe-

res, nesses tempos pandemia da Covid-19, como analisa?

MMN - Mais uma tragédia que se aprofunda e se intensifica nessa pandemia. As políticas públicas não são voltadas para a prevenção e o silêncio do judiciário e o consentimento do Estado para o assassinato de mulheres. Quando um juiz justifica a soltura de feminicidas alegando prisão precária, ao invés de julgar e garantir o júri popular, assina a institucionalização do Feminicídio. O Estado também é assassino, é cúmplice, pois a impunidade é um incentivador a matança de mulheres, no país considerado o quinto mais violento. Enfim, o machismo mata todos os dias e o poder público não assume o seu papel de inibir a violência contra a mulher.

O que fazer pra violência contra as mulheres acabe? Qual o papel do Estado nessa questão?

MMN – O Estado precisa assumir que é violento e machista e pedir perdão às mulheres. Seria o primeiro passo para superar uma das estruturas de sustentação do capitalismo, além do racismo e exploração da classe trabalhadora. O nosso papel é continuar lutando para acabar com a cultura machista, racista, LGBTfóbica um passo fundamental para destruir o capitalismo.

Como avalia o Estado no governo Bolsonaro?

MMN – O governo Bolsonaro se autoproclama violento e o Estado consente, com o aval de todos os poderes. Nas palavras do presidente, que desgoverna o Brasil, uma mulher não merece ser esturpada porque é feia. Isso diz o que representa esse desgoverno para aprofundar o machismo no Brasil.

Então o Brasil governado por Bolsonaro é um violador dos Direitos Humanos?

MMN – Em todos os sentidos. Ninguém imaginava, considerando a história recente do Brasil, que tantas violações fossem aceitas, seja pelo poder constituído, seja

pela sociedade. E o desgoverno continua violando a vida das pessoas humanas, junto com todas as outras vidas, animais, vegetais, rios e florestas. Todo o Brasil está sendo violentado e destruído.

E tudo isso em nome do capital?

MMN – Claro, em nome capital, dos mais ricos, das elites que usufruem de tantas riquezas, enquanto a maioria das pessoas sofrem as agruras do desemprego, desregulamentação do trabalho, privatizações, retirada de direitos sociais e trabalhista, destruição dos serviços, enfim. São muitas tragédias, mas isso não significa que não haja resistência. Continuaremos lutando e sonhando com dias melhores.

